



CIEA7 #42:

LÍNGUAS CRIOLAS DE BASE PORTUGUESA NA ÁFRICA.

Francisco João Lopes[◊]

lopesf77@yahoo.com

lopes.francisco@usp.br

Paralelismos entre os Processos de Formação, Gramatização e Nacionalização da Língua Portuguesa e os da Língua Caboverdiana

Este estudo tem como objetivo a análise descritiva das condições da formação, normatização e nacionalização da língua portuguesa e comparação dessas com aquelas em que originou, desenvolveu e se encontra a língua caboverdiana. A história da formação da língua portuguesa pode servir de espelho para a língua caboverdiana que debate com questões de diglossia, oficialização ou ainda está lutando por um lugar como língua nacional ou oficial na própria terra onde nasceu e é língua materna. Apesar de receberem atributos pejorativos tal como “corruptelas do latim”, as línguas românicas, com ênfase na língua portuguesa, desenvolveram-se, tornaram-se línguas nacionais, padronizaram uma forma de escrita, normatizaram a língua e atualmente muitas delas são línguas internacionais. A língua caboverdiana pode aprender e beneficiar com a história da formação e nacionalização de novas línguas, uma realidade passada para as línguas românicas e uma realidade presente para a língua caboverdiana.

Gramatização, Nacionalização, Oficialização,
Língua caboverdiana, Língua portuguesa.

[◊] Departamento de Filologia e Língua Portuguesa, FFLCH - Universidade de São Paulo Brasil.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, tal como o próprio título indica, busca-se estabelecer os paralelismos entre a história da língua portuguesa e a história da língua caboverdiana. Cada nação é única e tem sua história e peculiaridades. Assim, faz-se necessário esclarecer que este artigo não busca igualar a história da língua portuguesa à história da língua caboverdiana – caso tal fosse a pretensão, o título deveria trazer o termo simetria em vez de paralelismos. Para estabelecer paralelismos, é necessário selecionar os objetos a serem comparados em ambos os lados. Logo à primeira, pode parecer que esta seleção é algo muito objetivo, pois, depende do ponto de vista que cada analisador adotar. Realmente, a seleção dos objetos de comparação pode variar, mas só será possível estabelecer paralelismo se for selecionado objetos comparáveis entre si de ambos os lados. Assim para a análise deste artigo, na inviabilidade de tratar do todo, serão selecionados certos aspectos da história das duas línguas em questão e só então, colocados lado a lado a fim de ver se há ou não paralelismos.

MUDANÇA LINGUÍSTICA

O ser humano é um ser social e por isso precisa comunicar com o seu semelhante - para isso, faz o uso da língua. Essa mesma natureza social que lhe faculta a capacidade/necessidade de comunicar, também o faz um ser que transforma tudo que lhe cerca, inclusive a própria língua que usa como meio de comunicação por excelência. *“Tudo no universo está perpetuamente em um estado de mudança, um fato comentado por filósofos e poetas ao longo dos tempos. [...] A língua, como todo o resto, junta-se a este fluxo geral.”* (Aitchison, 2001: 3). Saussure (1915: 91), considerado o pai da linguística, argumenta: *“O tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a esta lei universal.”* Labov (1994: 9 a 10) ao tratar a questão da mudança linguística, a considera como um *“fenômeno irracional, violento e imprevisível”*, pois *“Se a língua tivesse evoluído ao longo do curso da história humana como um instrumento de comunicação e tivesse sido bem adaptada a essa necessidade, uma de suas propriedades mais importante seria a estabilidade.”* Por mais difícil que uma língua parece ser, ela seria mais fácil de aprender se não mudasse. O caso fica ainda mais complicado ao constatar que a mudança linguística não é um fator constante (cf. Labov, 1994: 10).

Mas apesar de viver num mundo onde tudo muda, *“um grande número de pessoas inteligentes condenam e se ofendem com a mudança linguística, considerando as*

*alterações como resultado do desleixo, preguiça ou ignorância desnecessários.*¹ (Aitchison, 2001: 4). Na tentativa de explicar o fenômeno de mudança linguística, cabe ao linguista histórico a árdua tarefa de “[...] *descrever as propriedades de algum estágio de uma dada língua e oferecer explicações sobre o porquê elas devem ser do jeito que são*” em oposição “[...] *à atitude pessimista que a vê como uma degeneração difusa, quer impedi-la, e busca determinar como as pessoas devem falar*”² (Lightfoot, 1999: 2 e 3). Apesar de ser hostilizada por um grupo, a mudança linguística é o objeto de estudo da linguística histórica (cf. Castro 1991: 11).

Mattoso Câmara (1979; 4 a 5) aponta três impulsos, que ele considera determinantes e principais no processo da mudança linguística: 1) ela está vinculada à associação entre a cultura e a língua. Uma mudança na cultura desencadeia um desajustamento que só é corrigido com uma mudança linguística; 2) ela pode acontecer por um impulso de natureza estilística. A língua funciona como um canal para a exteriorização de cargas emotivas. A exteriorização de cargas emotivas determina modificações na estrutura representativa, que se constantes e generalizadas acabam por se integrar no sistema da língua; 3) ela acontece por um impulso que é inerente à própria língua – a língua é um sistema que não é nem completo nem fechado, mas sim, instável. Qualquer modificação desencadeia uma série de modificações que levará à mudança.

FORMAÇÃO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

Foi numa situação de mudança linguística em curso que deu origem às línguas românicas, das quais a língua portuguesa faz parte. Isso aconteceu graças ao contato entre povos e culturas diferentes, o que implica o contato entre línguas diferentes. Logo de partida, se estabelece o primeiro paralelismo entre a/s língua/s romances/portuguesa e a/s língua/s crioulas/caboverdiana, que será debatido na segunda parte deste artigo; ambas (língua caboverdiana e língua portuguesa) são resultado de um contato linguístico entre uma língua dominante e línguas dominadas. Primeiramente abordaremos a origem da língua portuguesa.

As línguas românicas, das quais a língua portuguesa parte faz parte, originaram a partir do contato do latim vulgar com outras línguas entre o Século V e IX da nossa era. Nesse período, surgiram as entidades nacionais que iriam se organizar nos estados da Idade Média da Europa Ocidental. Segundo Terracini (1959 apud Castro, 1991: 156, 157), isto foi possível graças a dois fatores: a desintegração do império Romano e a romanização dos bárbaros que invadiram o Ocidente no século V (cf. Piel, 1976: 2). Castro (1991: 152)

¹ Tradução minha.

² Tradução minha.

aponta os vários fatores que contribuíram para a evolução que o latim vulgar teve em cada região e levaria ao desenvolvimento e surgimento dos romances, o que não aconteceu tudo ao mesmo tempo em toda a România. Os fatores são de ordem política/militar (“a época que cada região foi integrada no Império, os tipos de agentes da romanização, os movimentos de comunicação e de centralização”), e de ordem sociocultural [“o contato estabelecido (ou) com as populações autóctones e, mais tarde, o contacto estabelecido com os invasores germânicos que se instalaram em cada província”]. Castro (1991: 153), ainda esclarece que a língua latina não era uma língua homogênea³. O latim falado em Roma era diferente do latim falado nas províncias.

Para além da variedade linguística do latim antes de se fragmentar nos dialetos românicos, aquela assimilou elementos mediterrâneos, etruscos, gregos e ainda termos gerais e técnicos dos povos dominados tais como os celtas, ibéricos e germânicos (Piel, 1976: 3). A separação entre o latim literário e o popular teria se tornado nítida ainda no Século I a. C. Esta separação é de natureza diastrática, pois distingue entre a variedade escrita que se manteve conservadora e imutável, e a variedade oral muito inovadora e instável (Castro, 1991: 153). “O latim clássico tornou-se cada vez mais estático, enquanto a linguagem popular não mais parou de evoluir” Hall (1974: 71).

FORMAÇÃO DE PORTUGAL E DA LÍNGUA PORTUGUESA

As legiões romanas invadiram a Península Ibérica e a tornaram numa província romana em 197 a. c. No século III da nossa era, o Império Romano começou a desabar por causa da invasão dos povos que habitavam fora do Império Romano – os chamados de Bárbaros. Os primeiros a chegarem à Península Ibérica foram os vândalos que se fixaram na Galícia e Bética, conhecida a partir daí como Andaluzia. Após eles, chegaram os suevos que se estabeleceram na Galícia e na Lusitânia, por volta de 411 d.c. Em torno de 585 d.c., chegaram os visigodos que conquistaram os suevos e estes dominaram até o ano 711 d.c. (Othero, 2003).

Em 711 d.c. os árabes invadiram e conquistaram a Península Ibérica, impuseram sua cultura, o latim continuou sendo a língua do povo, mas pouca foi a influência árabe sobre o latim já bastante alterado pelos bárbaros. Os árabes foram expulsos completamente apenas em 1492 d.c., mas Portugal já teria surgido antes deste fato histórico (expulsão dos árabes da Península Ibérica) que seria motivadora à

³ Será que existe alguma língua que se possa afirmar ser homogênea, ou seja, não ser heterogênea como foi a língua latina?

expansão marítima portuguesa (Matos e Silva, 1988: 6). Em 1140 d.c., Afonso Henriques em rebeldia contra a mãe D. Teresa, que pretendia casar com D. Fernando, funda Portugal tornando-se o primeiro rei de Portugal. A língua utilizada primeiramente é o galego-português. “*Em 1189, a língua portuguesa é ‘reconhecida como língua’, quando utilizada para fins literários, com a cantiga intitulada A Ribeirinha.*” (Othero, 2003).

Assim, resumindo a história de Portugal e do surgimento da língua portuguesa, podemos enumerar as línguas de superstrato, substrato e adstrato que estiveram na origem da língua portuguesa e que podem ser atestadas através de suas marcas deixadas no léxico português baseado em Piel (1976): **1) O fundo latino; 2) O elemento germânico; 3) O considerável volume de léxicos árabes; 4) O elemento do latim medieval, humanista e científico-erudito; 5) Elementos franceses e provençais; 6) Elementos exóticos; 7) Elementos italianos, espanhóis e outros.**

Como podemos ver acima, a língua portuguesa surgiu a partir do contato do latim vulgar com várias línguas. Este fato relacionado com a formação da língua portuguesa é relevante para os objetivos deste artigo, e se torna ainda mais relevante ao realçar que: “*Portugal emerge como nação de língua ágrafa. O latim era o veículo oficial escrito e também seria falado em situações de formalidade, tanto religiosa como leiga. Era, de resto, essa a situação comum de toda a Europa ocidental e cristã*” (Matos e Silva, 1988: 7). Este era um caso de diglossia (Ferguson, 1959) tal como referido por Ferreiro (2005) de forma bem leve ao abordar questões de alfabetização e escolarização (Ferreiro, 2005: 5). Essa situação de diglossia só se resolveria com o processo de gramatização, considerada por Auroux (1992) como uma revolução tecnológica tão importante quanto a revolução industrial.

A REVOLUÇÃO DA GRAMATIZAÇÃO MASSIVA

Ao ser abordada a questão da gramatização, cabe mencionar que gramatização é diferente de gramaticalização⁴. Esta diferenciação é importante, pois

⁴ A gramaticalização, grosso modo, ocorre quando um item lexical/construção passa a assumir, em certas circunstâncias, um novo status como item gramatical ou quando itens gramaticais se tornam ainda mais gramaticais², podendo mudar de categoria sintática (=recategorização), receber propriedades funcionais na sentença, sofrer alterações semânticas e fonológicas, deixar de ser uma forma livre e até desaparecer como consequência de uma cristalização extrema. Confere (entre tantos): Castilho, Ataliba T. de. A ramaticalização. Estudos lingüísticos e literários, 19: 25-64. Salvador:Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da

até especialista fazem confusão entre estes dois termos, especialmente nas suas formas verbais. Uma língua nunca se diz totalmente gramaticalizada – não se gramaticaliza uma língua, ela faz isso por si mesma por ação de mecanismos inerentes à língua como um sistema. Gramaticalização é um processo contínuo e interminável – no dia em que esta parar, começa-se a morte da língua em questão. Já gramatização de uma língua é possível e esta tem que ser atualizada de tempos em tempos, devido ao processo de gramaticalização, que como já mencionamos, é infundável. Um exemplo clássico de como o processo de gramaticalização interna de uma língua pode afetar a gramatização dessa mesma língua pode ser visto na *A Nova Gramática do português contemporâneo* (NGPC), obra escrita em colaboração, por Celso Cunha, um professor universitário brasileiro, e Luís Filipe Lindley Cintra, professor universitário português. Nessa obra, os autores tiveram que formular um subcapítulo dentro do capítulo da colocação pronominal, para tratar dos pronomes átonos no Brasil que se gramaticalizaram de forma diferente de Portugal (cf. Leite, 2006). Para os fins deste artigo, nos interessa gramatização, pelo que passamos a defini-la logo em seguida.

Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.

A gramatização pelos europeus supõe a alfabetização, isto é, majoritariamente, a transcrição de uma língua em caracteres latinos. Esta alfabetização se efetua primeiro selvagememente e por analogia: o locutor nativo, alfabetizado numa língua (o latim) adapta a escrita ao som que ele percebe (Auroux, 1992: 65).

Do século V até o fim de XIX se desenvolve o processo da gramatização massiva das línguas do mundo a partir de tradição linguística Greco-latina – Auroux considera esse processo como uma revolução técnico-linguística segunda, somente à invenção da escrita. Esta revolução atingiu seu ponto auge no final do século XV com a gramatização massiva das línguas da Europa Ocidental (italiano, espanhol, francês, português, alemão, inglês). Outras civilizações do mundo antigo poderiam ter começado esta revolução uma vez que dispunham de meios técnicos, práticos, teóricos e sociolinguísticos para tal. Mas faltava lhes algo que só se conseguiria na situação criada pela fragmentação do Império Romano nas nações emergentes na Europa Ocidental. Esse algo que faltava tem tudo a ver com o papel fundamental que a língua latina continuaria a desempenhar mesmo depois da decadência

do Império Romano. Auroux (1992) enumera as principais causas: no século IX, a língua latina era uma segunda língua praticamente obrigatória para todo o europeu - e a necessidade de aprender uma língua estrangeira vai se figurar como a causa primordial da gramatização; a gramática latina existente na época se torna uma técnica de aprendizagem obrigatória para o aprendizado da língua, mas a aquisição desta técnica requer um preparo que só se consegue primeiro no vernáculo; para criação dos instrumentos pedagógicos, as vernáculos recorreram a uma língua já gramatizada (latim) e isto explica o fato da terminologia gramatical usada não ser nada mais que uma pura adaptação da terminologia gramatical latina (Auroux 1991: 48 a 49).

Na medida em que os vernáculos vão sendo gramatizados, nota-se uma recusa pela gramática latina, por se considerar o latim medieval como uma língua muito técnica e artificial. É de notar também que a gramatização dos vernáculos europeus se dá simultaneamente com a expansão europeia o que explica a gramatização simultânea das línguas do mundo. A gramatização começa na Europa e é levada para o mundo inteiro pela a expansão e colonização europeia.

NACIONALIZAÇÃO E GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Na última década do século XIII, o rei D. Dinis declara a língua portuguesa como a língua oficial do reino de Portugal à semelhança do seu avô Afonso X de Leão e Castela, que institui o castelhano como língua oficial do seu reino em 1252. Mas apesar do português se ter tornado oficial só no final do século XIII, ele já era usado na chancelaria do rei Afonso II de Portugal lado a lado com o latim nos diplomas oficiais (Matos e Silva, 1999). Em 1249, com a tomada de Algarve dos mouros, os limites territoriais de Portugal são estabelecidos e a corte é transferida em direção ao sul (Matos e Silva, 1988: 9). Desde muito cedo começou a produção literária em língua portuguesa. Essa produção literária e para-literária vai se fazendo em Portugal e por toda a Europa até tomar novos rumos nos anos mil e quinhentos com a gramatização massiva já mencionada neste artigo. Como pioneiros da gramatização portuguesa, temos: Fernão de Oliveira, João de Barros, Pêro de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão (Marigueta, 2007: 2).

Seria interessante falar das obras de todos esses pioneiros da gramatização da língua portuguesa, mas para os fins desejados, deste artigo, basta debruçar sobre a obra de Fernão de Oliveira como a primeira gramática da língua portuguesa. Essa obra se tornou viável graças às estratégias políticas em busca de uma identidade nacional que atribuíram à língua o lugar de identidade nacional por excelência. “[...] *através da língua, a identidade podia consolidar-se e, nesse sentido, fez-se necessário transpor para a escrita uma ordem*

gramatical que caracterizasse um povo, ou seja, o modo de organização português” (Mariguela, 2007: 3). Em 1532, Fernão de Oliveira esteve na Espanha, onde teve acesso à obra de Nebrija, *Gramática sobre la lengua castelhana* de 1492. Essa obra castelhana teve grande influência sobre Fernão de Oliveira no que tange o seu “*desejo de sustentar a língua pátria, a língua materna, como identidade e sociabilidade de um povo*” (Mariguela, 2007: 2). Fernão de Oliveira organizou sua obra em cinquenta capítulos que são quase todos em forma de parágrafos. Ele dedica o trabalho a D. Fernando de Almada, a quem se dirige no preâmbulo esclarecendo os objetivos de sua *Grammatica* (Oliveira, 1536: 38).

Fernão de Oliveira argumentou em favor da unidade nacional por meio da unidade linguística. Ele exalta a língua portuguesa como língua autônoma em relação ao latim e ao castelhano em defesa do nacionalismo, mas ao mesmo tempo “*posicionou-se em relação ao bilinguismo, apontando que respeitar a língua e a melodia da nação é o único meio de o senhor perpetuar-se no poder*” (Mariguela 2007: 20 cf. Oliveira, 1536: 88).

ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Segundo Auroux (1992), os primeiros tratados sobre a ortografia dos vernáculos europeus precederam a confecção de suas primeiras gramáticas. De acordo com Tavani (1987), o português manteve até ao princípio do século XX uma pluralidade de grafias não padronizadas. A História da ortografia portuguesa é dividida em três períodos (cf. Tavani, 1987; Coutinho, 1969; Estrela, 1993 entre outros): *fonético, etimológico/pseudoetimológico e simplificado* também denominado do período *científico* ou *moderno*.

O Primeiro período vai do século XIII até os meados do XVI em que predominou a ortografia fonética. Este período é caracterizado de uma forma geral pela escrita adaptada à pronúncia, mas que é grandemente influenciado pela ortografia latina. A ortografia desse período era bastante simples, pois o objetivo dos escritores era facilitar a leitura. Às vezes, num mesmo documento, apareciam os mesmos vocábulos grafados de modo diferente.

O segundo período vai do século XVI ao início do século XX. Neste período predomina a ortografia etimológica ou pseudoetimológica segundo Coutinho (1969: 71 *apud* Scarton, 2009). Como já mencionado neste artigo, o renascimento e o humanismo contribuíram grandemente para o elitismo, que no caso da ortografia se manifestou com o uso de grafias etimológicas ou mesmo pseudoetimológicas que buscavam seus antecedentes no latim e no grego (cf. Pita, 2001 *apud* Scarton, 2009: 24).

O terceiro período é denominado por Scarton (2009: 28) de “*Depois de Gonçalves Viana*”. Este período se inicia em 1904 com a publicação da *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana. Ainda segundo Scarton (2009: 29 a 42), este período moderno se

subdivide em outros períodos: 1) A fase dos desacordos que também se subdivide em períodos: a) a reforma ortográfica em Portugal influenciada pela *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana e propiciada pela implantação da República em Portugal (5 de outubro de 1910) que nomeou uma comissão que elaboraria a reforma de 1911; b) a reforma ortográfica no Brasil – em 1907 mesmo antes do governo português, a Academia Brasileira de Letras, cogitou adotar uma ortografia de cunho claramente simplificador, influenciada também pela obra de Gonçalves Viana; 2) Tentativa de convergência: o (des)acordo de 1931, o (des)acordo de 1945; 3) Passos de aproximação: 1971, 1973, 1986...; 4) A convergência: o Acordo de 1990.

A Reforma Ortográfica de 1911 foi a primeira reforma ortográfica oficial em Portugal. Após essa reforma sucederam uma série de reformas, como enumerado acima, ao longo das décadas chegando ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, modificada em 1998, na Cidade da Praia, Cabo Verde através do *Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, aprovado um *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico*, em São Tomé e Príncipe em 2004 e finalmente assinado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Brasil, em 29 de Setembro 2008.

DIALETOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO PORTUGAL CONTINENTAL

Existe uma falsa ideia predominante de que o português falado em Portugal continental é ou sempre foi uma língua homogênea, ou seja, com pouca variação dialetal ou mesmo nula. Mas como qualquer outra língua, a par da língua latina como já referido neste artigo, a língua portuguesa sempre teve uma variedade de dialetos. Mattos e Silva (1988: 7) faz uma pergunta relacionada com a diversificação dialetal da língua portuguesa logo no seu começo e ela mesma dá a resposta:

Como então poder falar da diversidade original da língua portuguesa ou do galego-português? Essa diversidade original do galego-português falado pode ser colocada como hipótese e ser perfeitamente aceitável já que qualquer língua é, naturalmente, diversificada nos seus usos.

Mas, razões históricas e políticas logo iam prestigiar um dialeto que se tornaria a norma para a escrita e normatização da língua portuguesa. Lisboa como a cidade mais povoada, o primeiro porto e a porta para o mundo facultaria este dialeto cosmopolita para o processo de normatização. (Mattos e Silva 1988: 9). O próprio Fernão de Oliveira, o primeiro gramático da língua portuguesa descreve com clareza a variação social, regional e etária da língua portuguesa. (Oliveira, 1536: Cap. XXXVIII).

Cintra (1971) divide a faixa linguística galego-portuguesa em três grandes zonas ocupadas por três grupos de dialetos: 1) os *dialetos galegos*; 2) os *dialetos portugueses setentrionais*; 3) os *dialetos portugueses centro-meridionais*. Estes grandes grupos subdividem em grupos dialetais: O grupo Galego se subdivide em grupo de *dialetos galegos ocidentais* e um grupo de *dialetos galegos orientais*, ou seja, uma *zona galega ocidental* e uma *zona galega oriental*; O grupo do Português setentrional se subdivide em *dialetos do Alto-Minho e de Trás-os-Montes* e um grupo de *dialetos do Baixo-Minho, do Douro e da Beira Alta* (ou seja, um grupo *transmontano-altominhoto* e um grupo *baixo-minhoto-duriense-beirão*); O grupo Português centro-meridional se subdivide em *dialetos do centro-litoral (estremenho-beirões)* e um grupo *ribatejano-baixobeirão-alentejano-algarvio* ou do *centro-interior e sul* Cintra (1971).

OS PARALELISMOS ENTRE A HISTÓRIA DAS LÍNGUAS PORTUGUESA E CABOVERDIANA

A língua caboverdiana e a língua portuguesa têm convivido por cerca de quinhentos anos no arquipélago de Cabo Verde. A relação entre as duas é uma situação de pura diglossia, em que a língua portuguesa é a prestigiada. Desde a independência de Cabo Verde do colonialismo português à cerca de 35 anos, vem-se buscando uma posição de dignidade para a língua caboverdiana ao lado da língua portuguesa. Aparentemente, a força e função da língua portuguesa em Cabo Verde se colocam como os principais obstáculos à oficialização da língua caboverdiana. Os principais oponentes da oficialização da língua caboverdiana se espelham muito na língua portuguesa e julgam a língua caboverdiana incapaz de desempenhar as funções desempenhadas por aquela (Barbosa, 2005: 3 a 4).

Baseando no censo comum, de que a história é o melhor professor e a melhor escola que se possa ter, uma vez que ela nos ensina a evitar os erros do passado e construir sobre o sucesso de outros, especialmente aqueles que nos são próximos, passaremos a traçar alguns paralelismos entre a história da língua portuguesa e a história da língua caboverdiana.

A LÍNGUA PORTUGUESA E A LÍNGUA CABOVERDIANA SÃO FRUTOS DO CONTATO LINGUISTIC

Na alinha 1.2 vimos que a mudança linguística é inevitável e foi graças a este fenômeno que a língua portuguesa surgiu do contato entre o latim vulgar e línguas

presentes na Península Ibérica. De igual modo, a língua caboverdiana nasceria do contato entre a língua portuguesa e línguas africanas trazidas para o arquipélago de Cabo Verde. Na formação da língua portuguesa esteve uma língua dominante (latim) que contribuiu com a maior fatia lexical da língua emergente. De igual modo, na formação da língua caboverdiana esteve uma língua dominante (português) de onde veio a maioria do léxico caboverdiano. O latim que chegou à Península Ibérica foi adotado pelos conquistados que o mudaram pela influência de suas línguas maternas. De igual modo, ainda que em condições muito mais desfavoráveis, os povos conquistados e trazidos para Cabo Verde adotaram a língua portuguesa e a mudaram drasticamente por influências de suas diferenciadas e diversificadas línguas maternas. O latim que esteve na origem das línguas românicas, não era o latim das cidades de Itália. O mesmo se pode dizer do português que vai dar origem às línguas crioulas. Neto (1977: 64) descreve este fato com relação à formação das línguas românicas, o que se pode aplicar perfeitamente à formação das línguas crioulas:

O latim que vai romanizar as províncias não é, evidentemente, o latim das cidades de Itália, e muito menos de Roma. **Das cidades, em geral, não se emigra, pois elas próprias constituem poderosos centros de atração.** Os colonos iam do campo, iam das várias regiões da Itália, fato que, por si só, traz uma série de problemas muito importantes⁵.

Assim também o português que se radica nas ilhas de Cabo Verde, não é o português de Lisboa tido como a variedade de prestígio, como já referido neste artigo. O latim que deu origem às línguas românicas não era uma língua homogênea e nem o era a língua portuguesa que esteve na origem das línguas crioulas.

SITUAÇÃO DE DIGLOSSIA⁶

As línguas vernáculas das províncias mantiveram uma relação de diglossia com a língua latina que era a prestigiada e usada para fins oficiais relegando aquelas ao uso cotidiano e doméstico. A língua caboverdiana hoje convive com a língua portuguesa em relação de diglossia, posição que esta já manteve no passado com a língua latina. A língua portuguesa, bem como as outras romances, conseguiu transpor esta condição desfavorável que a língua caboverdiana ainda não conseguiu dissipar. Cabe aqui, então, em vez de estabelecer o mero paralelismo, apontar os caminhos seguidos pelos romances para desfazer a diglossia: 1) As províncias romanas emergentes como nações autônomas, não desfizeram da língua latina mesmo quando esta ocupava o lugar de língua segunda. Tiraram

⁵ Grifos acrescentados.

⁶ Ver Alina 1.3 e 1.4 para os elementos de comparação em que se estabelece o paralelismo.

proveito do latim como uma língua inteiramente gramatizada e veículo do conhecimento científico - preferiram e desenvolveram o bilinguismo; 2) Instrumentalizaram suas línguas maternas não para desfazer do latim, mas como preparo para melhor aprender o latim que tinha se tornado uma ferramenta técnica e pedagógica; 3) Aproveitaram do legado grego-romano para construir seus instrumentos metalinguísticos – não abdicaram da herança cultural e intelectual que Roma lhes havia legado; 4) As línguas vernáculas/maternas foram declaradas como línguas oficiais pelas nações que as tomaram como instrumento de identidade nacional e cultural; 5) Os governos que declaram estas línguas como oficiais, usaram-nas nas suas instâncias oficiais o que serviu de estímulo e motivação para os produtores literários; 6) As nações emergentes na Europa Ocidental não se contentaram apenas com a declaração de suas línguas maternas como línguas oficiais, partiram para a normatização e standardização daquelas.

Barbosa (2005: 3), numa pesquisa de cunho socioantropológico, chega à realização de que “*Existe um consenso geral que a oficialização do crioulo é um fato irreversível*”. A oficialização da língua caboverdiana, significará o fim da diglossia, mas não o fim da língua portuguesa em Cabo Verde. Os exemplos acima descritos, de como as províncias romanas se desfizeram da diglossia deve servir de lição e motivação para o processo de oficialização da língua caboverdiana. Amílcar Cabral, o herói nacional da independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau, deixou conselhos sábios que apontam o caminho certo a seguir: ele mostra claramente que precisamos da língua portuguesa, esta deve ser usada sem nenhum complexo e a língua crioula deve ser estudada até que seja possível ensiná-la nas escolas (Cabral, Amílcar *in Nô Pintcha de 21, 24 e 26 de Fev. 1976*).

O PROBLEMA DE VARIAÇÃO DIALETAL⁷

Como foi demonstrado, na alinha 1.3, não existe língua sem variação dialetal: o latim que deu origem às línguas românicas tinha suas variações dialetais; o português que vai dar origem às línguas crioulas teve e até hoje tem variação dialetal; a língua caboverdiana, que está em busca da normatização, tem suas variantes dialetais. Para a normatização da língua portuguesa foi necessária a adoção de um dialeto considerado de prestígio. Antes de prosseguir com o paralelismo com a língua caboverdiana que enfrenta este dilema na atual conjuntura, cabe realçar que, para o caso de Portugal foi fácil de resolver naquela época, pois tal era uma sociedade autocrática, ao passo que Cabo Verde hoje é uma sociedade democrática. Assim não será fácil uma imposição como aconteceu cerca de quinhentos anos atrás em Portugal. Falando da norma que seria adotada pela língua portuguesa,

⁷ Ver sessão 1.3 e 1.8 para elementos de comparação sobre os quais é estabelecido o paralelismo.

Mattos e Silva (1988 :16) nos relata que esta “consolidou-se tendo o dialeto do eixo Lisboa-Coimbra como base e sobre ela se estabeleceram as normas dos dialetos literários e também o que hoje se costuma denominar de «dialeto de escola»”.

Ao que parece, as coisas parecem conduzir para um desfecho semelhante ao da língua portuguesa. Mesmo contra a vontade até do autor deste artigo - que não apoia a adoção de um dialeto como norma, apoia a oficialização da língua caboverdiana, mas reconhece que não tem outra solução mais plausível – tudo indica que a história vai repetir mais uma vez. As principais produções contemporâneas escritas em língua caboverdiana adotam a variante de Sotavento, mais precisamente a de Santiago: A tradução da Bíblia⁸; as principais gramáticas descritivas e livros do ensino da língua caboverdiana; a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas; As correspondências e relatórios que o departamento de Educação e as escolas do Estado de Massachusetts, nos EUA enviam para os pais de crianças caboverdianas radicadas nesse Estado americano⁹, entre tantos.

Pelo que se pode notar, a escolha de uma variedade dialetal como padrão, constitui-se um dos maiores impasses para a oficialização do caboverdiano. Como já foi ratificado, Cabo Verde é um país democrático, assim não será fácil a imposição de um dialeto sobre os outros. Ao que parece, as coisas estão mudando, isto não parece ser um caso apenas de sociedades com diglossia, como Cabo Verde. Mattos e Silva (1988: 16) aponta para novos despontares em Portugal (fruto da democracia) com relação ao uso exclusivo do dialeto do eixo Lisboa-Coimbra como o “dialeto da escola”:

Em nossos dias, entretanto, já se avalia criticamente em Portugal a imposição desse dialeto como **modelo exemplar a ser imposto coercitivamente no processo de escolarização desde os primeiros anos**, atitude que se generaliza em muitas partes, uma vez que se vem defendendo o respeito à diversidade linguística, sobretudo nos anos iniciais da escola, incluindo nessa diversidade também aquela que se manifesta nos dialetos de prestígio. Não seria de outra forma, já que **os avanços da Sociolinguística contemporânea têm demonstrado a importância e as vantagens do respeito à diversidade linguística no processo escolar**.¹⁰

Se já em Portugal se avalia criticamente a imposição de um dialeto que conta centenas de anos de tradição, o melhor caminho a seguir em Cabo Verde é não começar nunca essa imposição. Para tal imposição seria preferível manter a atual conjuntura, pois a

⁸ O autor deste artigo é membro da Associação Caboverdiana para a Tradução da Bíblia, mesmo sendo falante nativo da variante de São Nicolau, trabalha de bom grado com a variante que também domina por convivência com esta por mais de 10 anos.

⁹ O autor deste artigo tem trabalhado já por três anos consecutivos como tradutor e editor de muitos destes documentos. Mas mesmo sendo falante nativo de uma variante de Barlavento (São Nicolau), ele tem que trabalhar com a variante de Santiago por exigência dos órgãos oficiais americanos.

¹⁰ Grifos acrescentados.

oficialização da língua caboverdiana deve ter como objetivo primordial a facilitação do processo escolar, não troca de “senhores”.

O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO¹¹

Como vimos, o processo de gramatização massiva começou na Europa no século V e vai até o século XIX. Esta, que é considerada uma revolução, está intimamente ligada ao surgimento das línguas românicas, suas relações e dependência para com a língua latina. Esta revolução atingiu seu auge no século XV, o que coincide com a expansão europeia, vetor importante da gramatização das línguas do mundo. Este mesmo vetor de gramatização das línguas do mundo, a expansão ultramarina europeia, foi também o principal responsável para o surgimento de novas línguas – os crioulos. Enquanto as línguas românicas e através delas as línguas do mundo estavam sendo gramatizadas, surgiam novas línguas no mundo. Estas não beneficiaram diretamente da revolução de gramatização, mas pode-se dizer que as línguas crioulas beneficiam desta revolução através do **efeito cascata**. Aulete dicionário digital define cascata como: “*Sucessão inevitável de fatos desencadeada por um fato inicial; Processo no qual o resultado ou fato gerado por um evento vem se juntar ao(s) fato(s) gerador(es), resultando em novos fatos e consequências, e assim por diante*”.

Os mesmos motivos que impulsionaram a gramatização¹² das línguas românicas estão por trás dos movimentos emergentes em prol da nacionalização das línguas crioulas. Entre os motivos se destacam a identidade cultural e nacional e combate à situação de diglossia. Manuel Veiga, um dos primeiros gramáticos da língua caboverdiana, nos tempos modernos, explica e apresenta as justificativas que são muito semelhantes àquelas apresentadas por Fernão de Oliveira, o primeiro gramático português¹³. Ele fala claramente que o combate tem que ser contra a situação de diglossia que só será contornada com a oficialização da língua caboverdiana (Veiga, 2001: 7, 2004: 38).

A gramatização da língua portuguesa se fez espelhando no latim. A obra de Jerónimo Contador de ARGOTE, de 1725, é um testemunho disso. Somente o título desta obra centenária já é mais que elucidadora: “*Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposiçaõ para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza.*” Falando sobre a obra de Argote, Leite (2007: 2, 3 e 7)., fala da dificuldade que o gramático português foi encontrando ao tentar comparar a língua portuguesa à língua latina.

¹¹ Ver alinhas 1.5 e 1.6 para fundamentação dos elementos de comparação.

¹² Ver alinha 1.5 sobre gramatização.

¹³ Ver alinha 1.6 para mais detalhes.

De igual modo quando se cria as primeiras gramáticas da língua caboverdiana, estas se espelham na língua portuguesa. Primeiramente em termos da terminologia usada, ela é uma mera adaptação da terminologia gramatical portuguesa que por sua vez foi uma adaptação opaca da terminologia grego-latina¹⁴. Segundamente ao procurar traços semelhantes a nível morfossintático, vai se deparar com a redução dos números de casos/declinações (de 5 para praticamente nulo), gêneros (de 3 a 2), flexões (restando apenas a flexão de número) e conjugações verbais (de 4 para 3) (Williams, 1975: 123). Ao tratarmos a questão da mudança linguística¹⁵, vimos que apesar desta ser um fenômeno inevitável, muitas pessoas, mesmo consideradas inteligentes, a condenam e a associam à ignorância. Este não é um fato exclusivo dos tempos modernos; os desvios para com a língua latina, como as acima mencionadas para a língua portuguesa, as línguas românicas foram consideradas como *corruptelas*¹⁶ do latim. De igual modo, ao comparar a língua caboverdiana com a língua portuguesa, aquela foi (e ainda é) considerada com uma *corruptela* desta. Assim, ao elaborar as gramáticas da língua caboverdiana, a tendência é compará-la com a gramática da língua portuguesa. Portanto, é comum ver: declarações que o caboverdiano não faz distinção de gêneros, não tem marcação do plural como a língua portuguesa, não tem artigo definido, entre tantas.

A QUESTÃO ORTOGRAFIA¹⁷

Como vimos na Alínea 1.7, a escrita da língua portuguesa antecedeu sua oficialização e normatização. A língua portuguesa começou-se a ser grafada mais de cem anos antes da sua oficialização. Mesmo não sendo normatizada logo após sua oficialização, ela continua sendo grafada por cerca de 300 anos antes do aparecimento das primeiras gramáticas. As gramáticas não resolveram o problema da grafia – esta só viria a ser normatizada em um processo que começa em 1911 e veio a culminar nos finais de 2008¹⁸. A história da ortografia portuguesa nos revela uma série de desacordos ao longo dos séculos. A ortografia portuguesa evoluiu porque ela foi usada (isto é, a língua portuguesa continuou sendo escrita de forma ininterrupta) – o uso criou polêmicas que geraram debates e os debates levaram a negociações que conduziram a um acordo. De igual modo, a escrita da língua caboverdiana antecede a sua oficialização (que até então se aguarda com muita ansiedade e debate). O documento oficial do Governo de Cabo Verde que instituiu o Alfabeto

¹⁴ Ver alínea 1.5 que fala sobre a Revolução da Gramatização Massiva.

¹⁵ Ver alínea 1.2.

¹⁶ Aulete Dicionário Digital define corruptela/corrotela como: “Palavra ou expressão grafada ou pronunciada em desacordo com a as normas ou o vocabulário da linguagem considerada culta ou de maior prestígio”.

¹⁷ Ver alínea 1.7 para os elementos de comparação.

¹⁸ Aqui estamos falando da língua portuguesa no seu todo, sem a divisão europeia, brasileira e africana.

Caboverdiano como o sistema gráfico nacional para a escrita da língua caboverdiana (Cabo Verde, 16 de Março de 2009), faz um resumo histórico da grafia da língua caboverdiana:

O filólogo português Adolfo Coelho é considerado o pioneiro da escrita da língua caboverdiana. No seu trabalho “*Os Dialectos Românicos ou neolatinos da África, Ásia e America*”, publicado em 1880, ele teria baseado no alfabeto português (base etimológica) para escrever o caboverdiano. Em 1885, o caboverdiano António de Paula Brito lançaria um novo modelo baseado no alfabeto português, mas de forma sistematizada e aproximando-se da escrita de base fonético-fonológica. Mas apesar da sua funcionalidade, este nunca viria a ser usado o que não acontece com o de Adolfo Coelho que teria continuidade no século XIX, século XX e até mesmo na atualidade. Na primeira metade do século XX, a escrita de base etimológica foi utilizada por vários intelectuais e poetas tais como: Cónego Teixeira, Napoleão Fernandes, Eugénio Tavares e Pedro Cardoso. Na segunda metade do século XX, a escrita de base etimológica ganharia maior impulso com os trabalhos académicos dos filólogos Baltasar Lopes da Silva e Maria Dulce Almada Duarte. Essa (grafia de base etimológica) seria também usada por poetas, compositores e escritores como: B. Léza, Sérgio Frunzoni, Luís Romano, Jorge Pedro Barbosa, Ovídio Martins, Kaoberdiano Dambará, Kwame Kondé, Emanuel Braga Tavares, Ano Nobo, Manuel d’Novas, entre outros.

Em 1979, quatro anos após a independência de Cabo Verde, é organizado o 1º Colóquio Internacional sobre a Valorização do Crioulo Caboverdiano. Nesse encontro surgiu a primeira proposta para o modelo de alfabeto fonético-fonológico para a escrita da língua caboverdiana. Mesmo sendo pouco sistemático, ele foi usado e criticado largamente durante dez anos. Em 1989, este modelo foi avaliado no Fórum de Alfabetização Bilingue que recomendou a reforma do mesmo. Em 1993, foi criado o Grupo de Padronização formado por linguistas, professores e escritores, que trabalharam durante seis meses apresentando a proposta do Alfabeto Unificado para a Escrita do Caboverdiano – ALUPEC. Este seria institucionalizado, a título experimental em Dezembro de 1998. Em Dezembro de 2008, foi realizado um Fórum para avaliar o ALUPEC que avaliou positivamente o seu uso. Assim, o ALUPEC é instituído como Alfabeto Caboverdiano a 6 de Março de 2009, pelo Presidente Caboverdiano Pedro Verona Rodrigues Pires.

A instituição oficial do Alfabeto Caboverdiano, não significa o fim do debate sobre a forma de escrever a língua caboverdiana. Basta uma simples pesquisa pelo mundo virtual para se deparar com a briga que, na época da normatização da ortografia portuguesa, se fazia através de tinta e papel, e hoje se faz no mundo cibernético. Há aqueles que apoiam e adotam o Alfabeto, há aqueles que são contra e não usam.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FORMAL

Como foi visto na alínea 1.3, com as invasões bárbaras, a nobreza romana desapareceu-se e com ela foi também a educação formal. A falta de educação foi um dos fatores que contribuíram para o distanciamento das línguas vernáculas do latim. Passando a época das invasões, as províncias se organizam em estados, a educação é retomada e há a tendência de se reaproximar do latim através dos movimentos renascentistas. De igual modo, pode-se dizer que a falta de educação contribuiu grandemente para o distanciamento das línguas crioulas da língua portuguesa. Com a independência de nações como Cabo Verde, investe-se na educação e observa-se o processo de descrioulização que equivale ao latinismo que invadiu os romances com a retomada da educação formal. O papel da educação formal no distanciamento entre a língua mãe e a língua nova, fica mais nítido quando se estabelece um paralelismo entre o que aconteceu no Brasil e em Cabo Verde. A situação linguística do Brasil poderia ter sido muito idêntica à de Cabo Verde, caso não tivesse sido tomadas algumas decisões drásticas de ordem política: a língua geral predominava até o edital do Marquês de Pombal em 1757 – a partir desta data é proibido o ensino da língua geral e é facultada uma gramática para o ensino da língua portuguesa; em 1808 chega, ao Brasil, a corte real com mais 15 mil portugueses – este acontecimento foi muito importante uma vez que com a família real veio também a academia, criação de bibliotecas e implementação da imprensa (Leite, no Prelo)¹⁹.

De igual modo, vimos²⁰ que a língua latina ao entrar em contato com outras línguas, foi influenciada por aquelas e aquelas influenciadas por esta. Nas províncias a influência das outras línguas foi muito mais forte, assim surgiram as línguas românicas, diferentes do latim vulgar que as originara. Durante o Renascimento houve um movimento em direção à língua latina, mas este não foi o suficiente para desfazer “os danos” causados. De igual modo, pode-se ver o mesmo acontecendo com o português (língua) que saiu de Europa. No Brasil, houve uma interferência direta através da educação que buscou reverter os “danos” já causados, mas esta não foi suficiente para desfazer as marcas assimiladas pelo português brasileiro. Em Cabo Verde, não houve um Marquês de Pombal, nem nunca esteve a corte real, por isso os “danos” foram mais profundos e totalmente irreversíveis. Talvez isto explique por que no Brasil aconteceu uma reestruturação parcial da língua portuguesa ao passo que, em Cabo Verde (bem como outras comunidades crioulas), houve

¹⁹ Este documento foi disponibilizado como material de suporte a disciplina: História das Idéias Lingüísticas sobre o Português do Brasil: Constituição e desenvolvimento, ministrada no 1º Semestre de 2010 no Departamento de Filologia e Língua Portuguesa – FFLCH – USP.

²⁰ Ver sessão 1.3.

uma reestruturação total da língua portuguesa, o que deu origem a uma língua crioula (cf. Holm, 2004, Lucchesi, Baxter & Ribeiro, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficialização da língua caboverdiana, não significa o começo do fim da língua portuguesa em Cabo Verde. Cabo Verde sempre precisou e precisará da língua portuguesa assim como as línguas românicas necessitaram do latim por muitos séculos após terem nacionalizado suas línguas vernáculas. A luta deve ser contra a diglossia e nunca contra o bilinguismo. No processo de oficialização da língua caboverdiana, a língua portuguesa não deve ser considerada uma ameaça, mas sim o principal aliado. A língua caboverdiana pode e deve tirar grandes proveitos da história da língua portuguesa, pois Portugal já passou por situações sociolinguísticas idênticas àquelas que hoje desafiam a sociedade caboverdiana. Defender a colocação da língua caboverdiana na posição de honra que esta merece, não deve nunca recorrer da antagonização da língua portuguesa – a língua caboverdiana é a sua própria defensora – ela já sobreviveu cerca de 500 de discriminação como se tratasse de um bastardo. Assim como a língua portuguesa triunfou e se espalhou pelo mundo, a língua caboverdiana tem triunfado, está espalhada a ponto de ser considerada a segunda língua mais falada na cidade mais lusófona do mundo – Lisboa. Quanto mais conhecermos sobre a língua portuguesa e sua história, mais valorizaremos a nossa língua e ficará mais fácil de traçar os melhores caminhos para a gramatização, nacionalização e normatização, pois existem paralelismos – basta buscá-los e estes serão encontrados.

BIBLIOGRAFIA

- Aitchison, Jean. 2001. *Language change: progress or decay?* Cambridge: Cambridge University Press.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de. *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua latina pelas regras da portuguesa*. 2ª ed. Lisboa Occidental, Na Officinica da Música, 1725.
- Aurox, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Editora da Unicamp, Campinas, 1992, p.35-34.
- Barbosa, Fernando. 2005. *Língua, Discurso e Identidade no Cabo Verde Pós-Colonial*. *International Conference on Capverdean Migration and Diaspora*. Centro de Estudos de Antropologia Social, Lisboa, 6-8 Abril 2005.
- Cabo Verde. 2009. Boletim Oficial I SÉRIE NO 11 «B. O.» DA REPÚBLICA DE CABO VERDE. 16 DE MARÇO DE 2009.
- Cabral, Amílcar. 1976. A questão da língua. *Pávia* Vol. 1, No 1 (1990).
- Castilho, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*, 19: 25-64. Salvador: Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da UFBA, 1997.
- Castro, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- Cintra, Luis Felipe Lendley. 1971. Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. *Estudos de Dialectologia*. Lisboa: Sá da Costa. 1983.
- Estrela, Edite. 1993. A questão ortográfica: reforma e acordos da língua portuguesa. Lisboa: Editorial Notícias.
- Ferguson, C. A. 1959. *Diglossia*. *Word*, 15, 325-340.

- Ferreiro, Emilia. 2005. *Diversidade e processo de alfabetização: da celebração à tomada de consciência* in Ferreiro, Emilia. Passado e presente dos verbos ler e escrever. 2ª edição. São Paulo: Cortez. Pág. 64-89.
- Hall Jr., Robert A.. 1974. *External History of the Romance Language*. New York: Elsevier.
- Holm, John. 2004. *Languages in Contact – the Partial Restructuring of Vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Labov, William 1994. *Principles of Linguistic Change: Internal factors*. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers Inc..
- Leite, Marli Quadros. 2006. A Nova gramática do português contemporâneo: tradição e modernidade. **Filologia e Língua Portuguesa**, São Paulo : Humanitas, n. 8, p.51-91.
- _____. No Prelo. *A formação da língua portuguesa no Brasil: aspectos sócio-históricos da era colonial e suas conseqüências na atualidade*.
- _____. 2007. Jerônimo Contador de Argote – *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina* (1725). Texto apresentado no SÉMINAIRE d’HISTOIRE & d’ÉPISTEMOLOGIE DES SCIENCES DU LANGAGE, em fevereiro de 2007.
- Lélis, Raul Moreira. 1968. *Português no colégio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Lightfoot, David. 1999. *The development of language: acquisition, change, and evolution*. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers Inc..
- Lucchesi, Dante (Org.); BAXTER, A. (Org.); Ribeiro, Ilza (Org.). 2009. *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA.
- Mariguela, Adriana D. Bonini. A gramática da linguoagem portuguesa de Fernão de Oliveira: Mascas de linguagem nas telas da tradição e da ruptura. *Revista da Anpoll*, n. 23. P. 33-59, jul/dez. 2007
- Mattos e Silva, R. V. - Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português. *Revista ICALP*, vol. 11, Março de 1988, 60-72; *Revista ICALP*, vol. 12/13, Junho-Setembro de 1988, 13-28.
- _____. (1999) De fontes sócio-históricas para a história social lingüística no Brasil: em busca de indícios. In Mattos e Silva, R. V. (org.) *Para uma história do português brasileiro*. Primeiros estudos. v. II. São Paulo: Humanitas.
- Mattoso Camara, Joaquim. 1979. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- Neto, Serafim da Silva. 1977. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livro Técnico.
- _____. 1986. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986[1950].
- Oliveira, Fernão de. *A Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, liatura e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975[1536].
- Othero, Gabreil. 2003. *Introdução ao Estudo da História da língua portuguesa*. Pará de Minas, MG: Virtual Books Online M&M Editores Ltda.
- Piel, Jioseph Maria. 1942. Considerações sobre a metafonía portuguesa. *Biblos*, VIII, pp 365-371.
- Saussure, Ferdinand de. 2006. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Scarton, Gilberto. 2009. A ortografia da lingua portuguesa, que virou ortografia In Moreira, Maria Eunice, Smith, M. M., Bochechese, J. C. (orgs). *Novo acordo ortográfico da língua portuguesa: questões para além da escrita*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Tavani, Giuseppe. Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa in Ivo Castro, Inês Duarte e Isabel Leiria. *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, Lda., 1987, pp. 201-203
- Veiga, Manuel. 2001. *A Língua Caboverdiana: Porquê Ensinar e Como Ensinar*, III Seminário para a Edificação do IILP, Centro Cultural de Belém, 5-8 de Junho de 2001.
- _____. 2004. *A construção do bilinguismo*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do livro.
- Williams, Edwin B. 1938, *From Latin to Portuguese*. *Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. Trad. port. de Antônio Houaiss: *Do Latim ao Português*. *Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975 (3ª ed.).